

# A atuação de assistentes sociais e psicólogos nos serviços de atendimento à população em situação de rua em Juiz de Fora (MG)

The role of social workers and psychologists in homeless services in Juiz de Fora (MG)

ALEXANDRE ARANHA ARBIA<sup>1</sup>  
CAROLINA FINAMORE<sup>2</sup>  
CLARISSA DALTON FURTADO DE MENDONÇA<sup>3</sup>  
LAURA DE MELO SOARES<sup>4</sup>  
WEVERTON CORRÊA NETTO<sup>5</sup>

DOI: 10.34019/2179-3700.2024.v24.46012

ENVIADO EM: 28/10/2024

APROVADO EM: 30/10/2024

## RESUMO

O presente estudo teve como objetivo compreender e identificar as dinâmicas específica e interdisciplinar dos exercícios profissionais de assistentes sociais e psicólogos que atuam nos serviços de atendimento à população em situação de rua (PSR) em Juiz de Fora (MG). Tratou-se de uma pesquisa exploratória, de natureza qualitativa. Foram aplicados questionários semiestruturados mediante entrevistas online com 23 profissionais (15 assistentes sociais e 8 psicólogas) inseridos em serviços de atendimento à PSR no município. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra; os dados, tabulados e submetidos à análise de conteúdo. Os resultados apontam para a predominância de profissionais do gênero feminino nas duas categorias, com ao menos uma especialização e majoritariamente inseridas em serviços de assistência social. Foram encontrados diversos desafios para ambas as profissões no contexto das políticas sociais, referentes tanto a aspectos específicos quanto a aspectos amplos de organização das políticas. Dentre os desafios específicos, destacam-se a dificuldade de delimitação de atribuições do serviço social, o uso de referenciais teórico-metodológicos inadequados somado à limitação ao papel

<sup>1</sup>Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF, vinculado ao Departamento de Fundamentos do Serviço Social da mesma instituição. Coordenou a pesquisa que dá título ao artigo, com apoio VIC/UFJF, e participa de pesquisas interdepartamentais e interinstitucionais envolvendo a população em situação de rua. Foi também um dos coordenadores do Censo e Diagnóstico da População Adulta em Situação de Rua de Juiz de Fora (MG) de 2022. Contato: [alexandre.arbia@ufjf.br](mailto:alexandre.arbia@ufjf.br)

<sup>2</sup>Graduanda do curso Tecnólogo em Design de Interiores na UniAcademia. Participou da pesquisa enquanto discente do curso de Serviço Social da UFJF. Contato: [carolinabarbosa65@gmail.com](mailto:carolinabarbosa65@gmail.com)

<sup>3</sup>Psicóloga. Participou da pesquisa enquanto discente do curso de Psicologia da UFJF. Contato: [clarissadalton@hotmail.com](mailto:clarissadalton@hotmail.com)

<sup>4</sup>Discente do curso de Serviço Social da UFJF. Contato: [laura.soares@estudante.ufjf.br](mailto:laura.soares@estudante.ufjf.br)

<sup>5</sup>Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UFJF. Participou da pesquisa enquanto discente do curso de Psicologia da UFJF. Contato: [weverton.correa@estudante.ufjf.br](mailto:weverton.correa@estudante.ufjf.br)

de “escuta” por parte das psicólogas, assim como a própria compreensão a respeito da interdisciplinaridade. Contudo, os principais desafios identificados estiveram relacionados a determinações estruturais que incidem sobre os processos de trabalho nos serviços, perpassados pelos processos de privatização e precarização das políticas sociais, impondo limites para uma atuação interdisciplinar efetiva.

**Palavras-chave:** População em Situação de Rua. Política Pública. Serviço Social. Psicologia.

## ABSTRACT

The present study aimed to understand and identify the specific and interdisciplinary dynamics of the professional practices of social workers and psychologists working in services that assist the homeless population in Juiz de Fora (MG). This was an exploratory, qualitative study. Semi-structured questionnaires were administered through online interviews with 23 professionals (15 social workers and 8 psychologists) involved in services for the homeless population in the city. The interviews were recorded and fully transcribed; the data were tabulated and subjected to content analysis. The results indicate a predominance of female professionals in both categories, most with at least a specialization and primarily working in social assistance services. Various challenges were identified for both professions within the context of social policies, related to both specific and broader aspects of policy organization. Among the specific challenges, the difficulties in defining the roles of social workers, the use of inadequate theoretical-methodological frameworks combined with the limitation of the psychologists' role to mere "listening" and the overall understanding of interdisciplinarity stood out. However, the main challenges identified were related to structural determinations affecting work processes in these services, marked by the privatization and precariousness of social policies, which impose limits on effective interdisciplinary practice.

**Keywords:** Homeless People. Public Policy. Social Work. Psychology.

## 1 INTRODUÇÃO

A existência de pessoas que utilizam as ruas como lugar de moradia é compreendida como expressão radical da “questão social” e do aprofundamento da pobreza contemporânea. Esse fenômeno mundial, oriundo das contradições inerentes à sociabilidade capitalista, ganha particularidades no território brasileiro devido à formação sócio-histórica do país (SOUZA & MACEDO, 2019). A população em situação de rua (PSR) constitui um fenômeno complexo, composto por diversos fatores sociais e subjetivos. Trata-se de um grupo populacional heterogêneo e extremamente vulnerabilizado, com necessidades que remetem a diversos setores e categorias profissionais.

Essa população passou a ser atendida com a orientação dos respaldos legais a partir de 2009, com a Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto 7.053). No contexto mineiro, tal fato se deu em 2013, com a promulgação da Política Estadual da População em Situação de Rua (Lei 20.486). Já em Juiz de Fora (MG), somente em 2023 foi decretado o Plano Municipal de Políticas para a População em Situação de Rua de Juiz de Fora (Decreto 16.242). A formulação tardia das políticas evidencia que, historicamente, a PSR foi atendida sem que se tomasse em consideração as suas necessidades específicas, justificando os recentes debates em relação ao planejamento e oferta dos serviços para o atendimento de necessidades específicas desse grupo (BRASIL, 2023). Assim, pensar a intersectorialidade e interdisciplinaridade na atenção à PSR é determinante para a oferta de um serviço integral.

A atuação de assistentes sociais e psicólogos nesta frente exige planejamentos e intervenções específicas, a partir das particularidades de cada categoria profissional. No entanto, a ausência na literatura de estudos que discutam o exercício profissional voltado para essa população e a materialização das diretrizes norteadoras despertam questionamentos no cotidiano dos profissionais, principalmente em relação às colaborações interdisciplinares. Além disso, a ausência de estudos que avaliam a atuação interdisciplinar com esse público e a intersectorialidade dos serviços expressa o desafio posto aos profissionais e ao funcionamento das políticas.

## 2 METODOLOGIA

Esta pesquisa objetivou compreender e identificar a atuação interdisciplinar dos assistentes sociais e psicólogos a partir dos serviços ofertados para a população em situação de rua da cidade de Juiz de Fora (MG), e com isso, demarcar os desafios, dificuldades e possibilidades das intervenções profissionais. Trata-se de uma pesquisa de campo exploratória de natureza qualitativa. Dificuldades enfrentadas no recrutamento dos participantes resultaram na perda amostral de 44,5% do universo; ainda assim, os dados coletados atingiram o critério de saturação. Participaram da pesquisa 23 profissionais, sendo 15 profissionais da área do serviço social e 8 da área da psicologia.

O estudo foi realizado como resultado de uma parceria com o Instituto de Serviço Social do Porto (ISSP) de Portugal, da colaboração interdepartamental entre a Faculdade de Serviço Social e o Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), assim como cooperação técnico-científica com a Prefeitura de Juiz de Fora (PJF). A pesquisa “Mapeamento dos Serviços de Atendimento à Pop Rua em Juiz de Fora”<sup>6</sup> forneceu subsídios para a identificação dos/das profissionais que trabalham com esta população no município. Dessa forma, foi aplicado um questionário semiestruturado por meio de entrevistas individuais online, via Google Meet, em função das medidas de isolamento social vigentes no período de coleta de dados, entre novembro de 2021 e março de 2022. Neste questionário foram abordadas questões como o caráter dos serviços, a formação das/dos profissionais, as atividades realizadas e as condições de realização, atuação interdisciplinar e articulação com a rede.

Finalmente, a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da UFJF (Parecer Nº 5.185.263). Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra. Os dados foram tabulados submetidos à análise de conteúdo.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em primeiro lugar, são apresentados os resultados concernentes à caracterização das profissionais participantes. Das 15 assistentes sociais entrevistadas, 93% identificaram-se com o gênero feminino, o que corresponde ao perfil profissional da profissão levantado pelo Conselho Federal de Serviço Social em 2022 (CFESS, 2022). Em relação a qualificação profissional, 80% das entrevistadas possuem ao menos uma especialização, majoritariamente na área da saúde; 27% possuem outra graduação, além do serviço social; 27% possuem mestrado, todos em serviço social. Sobre o vínculo empregatício, a maioria (73%) possui contratos celetistas; apenas 20% possuem vínculo estatutário e 7% contrato temporário. As profissionais trabalham entre 16 e 40

---

<sup>6</sup> Arbia, A. A.; Sato, M. A. A.; & Cortez, A. M. V. (2023). Aspectos da pesquisa “Mapeamento dos Serviços de Atendimento à Pop Rua em Juiz de Fora”: elementos empíricos para reflexões sobre o presente. In Arbia, A. A.; Pereira, V. S.; & Granja, B. P. (Orgs.). Atendimento à população em situação de rua: reflexões e práticas no Brasil e na Europa. Juiz de Fora: UFJF. 196 p..

horas, sendo que a maioria cumpre 30 horas semanais, o que é assegurado pelo art. 5º- A da Lei 8.662/1993 (BRASIL, 1993). Grande parte das assistentes sociais trabalham na Assistência Social (69%), seguido da Saúde (25%) e Cidadania e Direitos Humanos (6%).

As atividades realizadas por estas profissionais se concentram em resolver demandas encaminhadas ao serviço social, realizar atendimentos e encaminhamentos, acompanhar usuários que requerem auxílios e benefícios e participar de reuniões. Essas atividades nos remetem a instrumentalidade do serviço social, que não se limita a uma execução de políticas sociais e as requisições institucionais, mas possibilita uma “mediação que permite a passagem das ações meramente instrumentais para o exercício profissional crítico e competente” (GUERRA, 2000, p.12).

Grande parte das respostas revela a dificuldade de usuários e instituições em compreenderem as competências e atribuições específicas de assistentes sociais, em diversas dimensões, tanto na esfera das demandas quanto na dos encaminhamentos. Parte dessa confusão pode estar sendo agravada pela contratação de assistentes sociais sob o genérico perfil de “técnicos”, especialidade “serviço social” (ARBIA ET AL., 2023), o que tem gerado maior flexibilidade no emprego da força de trabalho de assistentes sociais, impactando no embaralhamento de suas competências técnicas, além da falsa compreensão de que o profissional pode responder a demandas indistintas.

De forma semelhante ao observado para o serviço social, 7 (87,5%) das profissionais de Psicologia se identificaram como do gênero feminino, quadro representativo da prevalência do gênero feminino na profissão no Brasil (CFP, 2022). Em termos de formação, 5 delas relataram possuir especialização e uma relatou possuir mestrado em Psicologia. Apenas 3 apontaram possuir alguma formação complementar voltada especificamente para o trabalho em políticas públicas, número considerado baixo dado que a maior parte das psicólogas (87,5%) declararam estar inseridas em serviços públicos de atendimento à PSR. Quanto aos setores de inserção, destaca-se a Assistência Social, com 6 profissionais (75%), seguido em menor proporção por Cidadania e Direitos Humanos, com 2 (25%), e Saúde (12,5%), com apenas 1.

Com relação aos referenciais teórico-metodológicos que direcionam o trabalho das psicólogas, a Psicologia Social Comunitária (PSC) aparece como

majoritária, sendo citada por 5 (62,5%) das profissionais. Outras 2 (25%) apontaram a Psicologia Clínica de abordagem psicanalítica como referenciais e 1 (12,5%) relatou não utilizar qualquer referencial próprio da Psicologia em sua atuação. Apesar da (aparente) adequação da maioria das profissionais com o uso de referenciais mais abrangentes, coerentes com a multidimensionalidade das demandas apresentadas pela PSR e com as diretrizes delineadas pelos serviços (ROCHA & OLIVEIRA, 2020), expressa pela adoção da PSC, tais dados refletem a ainda presente transposição de referenciais tradicionais da psicologia, com base modelo clínico-individualista, para um contexto no qual se mostram inadequados e/ou insuficientes, como os serviços de atendimento à PSR. Ainda, o fato de uma das psicólogas ter relatado não utilizar de referenciais próprios da psicologia é coerente com a literatura no que tange aos déficits na formação e na produção de conhecimento no campo da psicologia brasileira para a atuação do psicólogo em políticas públicas e com populações socialmente vulnerabilizadas, dado o foco na atividade clínica e na visão de sujeito isolado do contexto social.

A menção ao trabalho de “escuta” por metade das psicólogas entrevistadas como a principal contribuição da psicologia no trabalho com a PSR, assim como o “apoio à saúde mental” e a “capacidade de pensar psicopatologicamente”, denota uma compreensão do papel e da especificidade da categoria a partir da identificação de práticas que seriam de atribuição exclusiva ou de competência técnica do psicólogo, vinculadas ao modelo clínico-liberal-individualista (CORDEIRO ET AL., 2023). Ao refletir sobre a cultura profissional hegemônica do psicólogo brasileiro, Dimenstein (2000) aponta a existência de definições extremamente limitadas do que seria a atuação psicológica, que determinariam a identidade profissional dos psicólogos e, por conseguinte, a sua prática nos mais diferentes contextos. O entendimento emergido nas entrevistas pode indicar que uma compreensão limitada acerca da atuação do psicólogo ainda não foi superada.

Muitas das dificuldades relatadas pelas profissionais das duas categorias giraram em torno das limitações de acesso dos usuários aos serviços por variados motivos, como insuficiência de vagas, de profissionais ou de insumos. Destaca-se uma alta demanda reprimida, indicando a carência de profissionais (de várias especialidades) como fator decisivo para o represamento do



atendimento (além de insuficiência física/estrutural do serviço). Questões sobre a estrutura física também foram indicadas, desde a ausência de uma sede fixa, levando a mudanças constantes de endereço, até problemas de estrutura predial. Outro fator é a ausência de espaços físicos capazes de garantir o sigilo dos atendimentos, assim como o compartilhamento de um mesmo computador por diferentes profissionais. Além disso, alguns profissionais sinalizaram descontinuidade nos atendimentos, devido ao fato de muitos usuários procurarem os serviços de forma pontual e episódica, não concluindo os acompanhamentos necessários.

Esses achados demonstram que, embora persistam desafios particulares às especialidades, as principais dificuldades enfrentadas pelas duas categorias no cotidiano nos serviços de atendimento à PSR estão relacionadas a determinações estruturais que incidem sobre o processo de trabalho. Oliveira e Miranda (2021) destacam os impactos significativos decorrentes dos processos contemporâneos de privatização e precarização nos serviços públicos que, quando somadas com a complexidade das demandas apresentadas, estabelecem limites para uma ação profissional efetiva. O atravessamento desses aspectos na realidade imediata dos serviços exige das profissionais uma compreensão dos fatores responsáveis tanto pela determinação da PSR quanto da sua inserção nas respostas do Estado ao fenômeno.

A atuação interdisciplinar de assistentes sociais e psicólogos nos serviços de atendimento à PSR também constituiu um dos eixos prioritários do estudo. A quase totalidade das profissionais (95,7%) afirmou atuar de maneira interdisciplinar, sendo que 80% das assistentes sociais relataram atuar em parceria com psicólogas, enquanto todas as psicólogas relataram atuar junto de assistentes sociais. A atuação conjunta e proximal entre essas categorias é um dado convergente com a literatura quanto à inserção desses profissionais nos serviços de atendimento à PSR, que aponta serem estas as especialidades quantitativamente mais presentes no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (MACEDO ET AL., 2022), principal setor de concentração dos serviços voltados para esse público e de inserção das participantes. As atividades realizadas conjuntamente giram em torno de articulações em reuniões, estudos e compartilhamento de casos; visitas domiciliares; elaboração e execução de

grupos, oficinas e rodas de conversa; além de encaminhamentos para benefícios socioassistenciais e para a rede, troca de informações e orientações mútuas. Muitas relataram a realização de reuniões semanais ou mensais para discussão dos casos e planejamento das ações. As profissionais relataram que a interação interdisciplinar permite conhecer melhor as demandas do usuário, trocar informações e discutir casos, invariavelmente reconhecendo a sua importância para o atendimento à PSR.

Apesar de uma profissional ter considerado que há muitas semelhanças entre as profissões, algumas atividades são apontadas como mais concernentes a uma ou outra das categorias, como o encaminhamento para benefícios como sendo de responsabilidade das assistentes sociais e a escuta qualificada (principalmente de questões de saúde mental) como de responsabilidade das psicólogas. A questão da especificidade ou generalidade do trabalho de assistentes sociais e psicólogos é um ponto de confusão comum no campo da assistência social, em função das orientações contraditórias existentes nas normas técnicas. Para Lima (2014), isso acaba por sustentar a diferenciação das categorias com base na distinção entre demandas “objetivas” (de responsabilidade do serviço social) e “demandas subjetivas”, (de responsabilidade da psicologia), ignorando a impossibilidade de separação das duas dimensões e o fato de que a situação de rua, uma condição objetiva, possui impactos subjetivos que, por sua vez, irão também influenciar no aprofundamento da vulnerabilidade da PSR.

No contexto do SUAS, a denominação de “dupla psicossocial” é costumeiramente utilizada para caracterizar a atuação interdisciplinar entre psicólogos e assistentes sociais. Contudo, conforme Cordeiro et al. (2023), tal denominação é alvo de críticas, pois poderia levar a compreensão de que apenas a justaposição do trabalho de assistentes sociais e psicólogos garantiria a interdisciplinaridade do atendimento psicossocial, sem a necessidade de complexificação e construção conjunta de um olhar compartilhado sobre os sujeitos atendidos, algo que não está imediatamente dado. A compreensão de interdisciplinaridade presente no relato de algumas das profissionais entrevistadas esteve alinhada com a primeira concepção, de justaposição de saberes e práticas, mais próxima da noção de multidisciplinaridade do que de interdisciplinaridade.



No que concerne à articulação intersetorial com a rede, a maioria das participantes a considerou passível de aprimoramentos. Dificuldades como a limitação das políticas públicas, que não cumprem integralmente seu papel, lentidão no acesso a serviços previdenciários ou benefícios sociais, ausência de vagas em serviços de saúde, predomínio das relações pessoais sobre as interinstitucionais em encaminhamentos, ausência de cuidado em respeito à integralidade do usuário e sua estigmatização, atribuição de “responsabilidade” exclusiva a determinados serviços sobre a PSR, problemas na articulação entre os setores da assistência e saúde mental, além de tensionamentos existentes entre distintas instâncias administrativas e entendimentos díspares foram as mais citadas. Embora a intersetorialidade seja citada em documentos oficiais e consista em um consenso com relação à oferta de serviços à PSR, Martins et al. (2023) ressaltam a existência de lacunas entre as diretrizes das políticas e sua implementação, como observado nos relatos das profissionais, assim como entre o funcionamento cotidiano dos serviços e a produção acadêmica sobre a temática, decorrendo em uma ausência de clareza com relação a conceituação de intersetorialidade e de avaliações sistemáticas de estratégias e formas organizativas.

Nota-se que a interdisciplinaridade e a intersetorialidade são atividades que acabam partindo de iniciativas das profissionais, e que muitas vezes acontecem paralelamente ao trabalho e não como um elemento transversal e norteador de todos os processos. A implementação das políticas sociais sob “o trinômio do neoliberalismo” – “privatização, focalização e descentralização” (BEHRING & BOSCHETTI, 2016, p. 155) – termina por impor limites para a atuação interdisciplinar e intersetorial efetiva.

## 4 CONCLUSÃO

Concluimos que atuação interdisciplinar entre assistentes sociais e psicólogas ficam relegadas as competências técnicas das profissionais. As condições estruturais das políticas sociais e dos equipamentos se colocam enquanto fatores restritivos dessa atuação, que não abrange a integralidade dos serviços e não considera as especificidades do público-alvo das políticas públicas. Tais fatos incidem na sobrecarga de trabalho e em uma abordagem

multidisciplinar das profissionais. É importante frisar que não se trata de uma avaliação do exercício profissional das categorias, pelo contrário. Buscamos com essa pesquisa trazer componentes para subsidiar futuras discussões, que visem extrapolar (apenas) a execução das políticas sociais, a partir da construção de novas mediações para essa atuação.<sup>7</sup>

## REFERÊNCIAS

ARBIA, A. A. ; PEREIRA, V. S. ; SOARES, L. M.; FINAMORE, C.B ; CORTEZ, A. M. V. ; SATO, M. A. A . Serviço Social e população em situação de rua: elementos para compreender a ação profissional junto a este segmento no Brasil. In: GRANJA, B. P.; PIRES, N.; ARBIA, A. A.. (Org.). **Intervenção social com a população em situação de grande pobreza e vulnerabilidade social** (p. 45-68). 1 ed. Lisboa: Lusíada, 2024.

ASSEMBLEIA Legislativa de Minas Gerais. **Lei nº 20.846, de 06/08/2013**. Institui a Política Estadual para a População em Situação de Rua. Minas Gerais: Assembleia Legislativa, 2013.

BEHRING, E. R.; & BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Plano de Ação e Monitoramento para Efetivação da Política Nacional para a População em Situação de Rua**. Brasília: MDHC, 2023.

BRASIL. Presidente da República. **Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília: Presidente da República, 2009.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 8.662 de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1993.

---

<sup>7</sup> Agradecemos às profissionais participantes pelas suas vitais contribuições para a realização deste estudo. Os discentes que atuaram nessa pesquisa agradecem ainda aos professores Alexandre Aranha Arbia, Telmo Mota Ronzani e Viviane Souza Pereira pela orientação e ensinamentos ao longo de todo o processo

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Quem faz a psicologia brasileira?: um olhar sobre o presente para construir o futuro**: volume I: formação e inserção no mundo do trabalho. Brasília : CFP, 2022. 282 p..

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Perfil de assistentes sociais no Brasil**: Formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília: CFESS, 2022.

CORDEIRO, M. P.; LARA, M. F. A.; MAIA, R. L. DE A.. Atendimento Psicossocial nos Serviços de Proteção Social Especial do SUAS. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, p. e250301, 2023.

DIMENSTEIN, M.. A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. **Estudos de Psicologia (Natal)**, 5, 95–121, 2000.

GUERRA, Y. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 4. O trabalho do assistente social e as políticas sociais, CFESS/ABEPSS- UNB, 2000.

LIMA, V. C.. **Psicologia da pobreza e pobreza da psicologia**: um estudo sobre o trabalho de psicólogas(os) na política pública de assistência social [Dissertação de mestrado]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.

MACEDO, J. P.; FONTENELE, M. G.; GOMES, R. W. DA S.. Psicologia e Assistência Social: Crise e Retrocessos Pós-Encerramento do Ciclo Democrático-Popular. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, n. spe, p. e262852, 2022.

MARTINS, A. L. J. et al.. A interface entre as políticas públicas para a população em situação de rua: revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 8, p. 2403–2416, 2023.

OLIVEIRA, A. L. A.; & MIRANDA, A. P. F.. As condições de trabalho do(a)s assistentes sociais e do(a)s psicólogo(a)s na política de Assistência Social. In: PAIVA, F. S.; & DURIGUETTO, M. L. (Orgs.), **O trabalho profissional da psicologia e do serviço social na política de assistência social**: questões, tensões e perspectivas (p.141-152). Juiz de Fora: Editora UFJF, 2022. 245 p..

PREFEITURA de Juiz de Fora. **Decreto nº 16.242, de 1º de dezembro de 2023.** Institui o Plano Municipal de Políticas para a População em Situação de Rua de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Prefeitura de Juiz de Fora, 2023.

ROCHA, F. C.; & OLIVEIRA, P. R. S.. Psicologia na rua: delineando novas identidades a partir do trabalho com a população em situação de rua. **Pesquisas E Práticas Psicossociais**, 15(1), 1–18, 2020.

SOUSA, A. P.; & MACEDO, J. P.. População em situação de rua: Expressão (im)pertinente da “questão social”. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 35, 2019.